

Exerceu advocacia entre 1990 e 1993.

Desempenhou funções na Provedoria de Justiça, como Assessora, entre 1993 e 1997, e como Coordenadora, desde 1997 até 2000, em ambos os casos em matéria de segurança social (dos sectores público e privado), assuntos sociais, saúde, educação e menores.

Entre 2001 e 2006, foi Subinspectora-Geral na Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, serviço central de inspeção, fiscalização e auditoria do Ministério da Justiça, competindo-lhe a direcção das áreas do serviço de inspeção sob a sua dependência directa.

Transitou para a carreira de inspector superior do mapa de pessoal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, detendo actualmente a categoria de inspectora, da carreira com idêntica designação.

Participou em diversos colóquios e seminários e publicou artigos relacionados com a actividade do Provedor de Justiça e direito da saúde.

202345422

Despacho n.º 21734/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria do Pilar Cabral da Silva Amado d'Aguiar, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria do Pilar Cabral da Silva Amado d'Aguiar — natural de Lisboa, (20 de Janeiro de 1976).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa), em 1999, realizou estágio profissional na sociedade de advogados Olavo Cunha, Franqueira Dias, Barros de Figueiredo, Vaz Pinto e Associados.

É, desde de Maio de 2001, assessora do Provedor de Justiça na área dos assuntos judiciais, estrangeiros e nacionalidade, segurança rodoviária e trânsito, registos e notariado.

No âmbito das suas funções, tem sido responsável pela instrução dos processos referentes a matérias de segurança rodoviária e trânsito e registos e notariado e, até Maio de 2008, defesa nacional e segurança interna.

No âmbito de actualização de competências, destacam-se a formação “Simplificação do Registo Predial e Actos Conexos”, organizada pelo IFE, e o curso “Contra-Ordenações” ministrado pelo INA.

202345277

Despacho n.º 21735/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Rita Garcia Perloiro Cruz, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Rita Garcia Perloiro Cruz — natural de Lisboa (27.10.1965).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (curso de 1983/1988).

Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa (1989) E posterior curso de actualização (1996/97).

Ações de formação profissional, nomeadamente, nos domínios dos Direitos da Segurança Social, do Trabalho, Administrativo e sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.

Desde Julho de 2000 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

No período compreendido entre 1989 e 1993 exerceu as funções de consultora no departamento de assuntos comunitários da multinacional de auditoria e consultoria Deloitte&Touche.

Advogada avençada da EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, L.ª, entre 1993 e 2000.

Estágio de advocacia sob orientação do Dr. João Carlos Vaz Serra de Moura, na Sociedade de Advogados J. Vaz Serra de Moura & Associados entre 1988 e 1990.

202345041

Despacho n.º 21736/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Margarida do Rosário Apetato Correia de Seabra Santerre, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Margarida do Rosário Apetato Correia de Seabra Santerre — natural de Lisboa (21.02.1973).

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1996 (Curso 1991/1996).

Em 1997, concluiu um *Legum Magister* (LL.M) Em Direito Civil Alemão na *Universität des Saarlandes*, Saarbücken, Alemanha.

Participação em acções de formação, designadamente, nos domínios dos Direitos da Segurança Social, do Trabalho, Administrativo e sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.

Desde Novembro de 2000 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Realizou estágio de advocacia na Sociedade de Advogados “*Macedo Vitorino & Associados*”, entre Fevereiro de 1999 e Agosto de 2000.

Desempenhou funções como colaboradora científica contratada no *Institut für Internationales Privatrecht und Rechtsvergleichung*, na Universidade de Osnabrück, Alemanha, entre Janeiro e Dezembro de 1998.

202345236

Despacho n.º 21737/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Mónica Arez de Mascarenhas de Figueiredo Pombeiro Duarte Silva, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Mónica Arez de Mascarenhas de Figueiredo Pombeiro Duarte Silva — natural de Lisboa (03.01.1969).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1992 (curso 1987/1992).

Pós-Graduação em Direito do Trabalho, pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2000).

Frequentou vários cursos de formação, designadamente na área do Direito do Trabalho.

Desde Agosto de 1999 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Exerceu advocacia, com especial incidência na área do Direito do Trabalho, nas empresas Lusomundo SGPS, S. A. e TSF- Rádio Notícias, S. A. e suas associadas, entre Janeiro de 1997 e Agosto de 1999.

Integrou o Departamento Jurídico da empresa Lusomundo SGPS, S. A. entre Fevereiro de 1996 e Janeiro de 1997.

Concluiu estágio de advocacia na Sociedade de Advogados “*Albuquerque & Associados*”, entre Agosto de 1992 e Agosto de 1994.

202345269

Despacho n.º 21738/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito Duarte dos Santos Vaz Galdes,

para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Duarte dos Santos Vaz Geraldês — natural de Lisboa (9.12.1977). Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (Julho 2000) com a média final de 15 valores.

Mestre em Direito (Área de Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo a dissertação final apresentada obtido a classificação de 16 valores.

Inscrito na Ordem dos Advogados, com cédula profissional n.º 18828 (inscrição suspensa com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005).

Exercício de advocacia nas Sociedades de Advogados “P. M. B. G. R. & Associados”, e “C. S. B. A.” (Carlos de Sousa Brito e Associados).

Adjunto de Gabinete do Provedor de Justiça entre Outubro de 2005 e Junho de 2006.

Exerce desde 19 de Junho de 2006 as funções de Assessor do Provedor de Justiça na Extensão da Região Autónoma da Madeira.

202345609

Despacho n.º 21739/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito José Álvaro Amaral Afonso, técnico superior do mapa de pessoal da Direcção Regional de Organização e Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

José Álvaro Amaral Afonso — natural de Angra do Heroísmo (10.12.1964).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Janeiro de 1994.

Chefe da Extensão dos Açores da Provedoria de Justiça, desde Abril de 2004.

Assessor do Provedor de Justiça, desde Fevereiro de 2004.

Formador do Centro de Formação da Administração Pública dos Açores, de 2001 a 2004.

Director de Serviços de Administração Local, na Direcção Regional de Organização e Administração Pública, de Dezembro de 1998 a Janeiro de 2004.

Chefe de Divisão administrativa e Financeira da Câmara Municipal das Lajes do Pico, de Março de 1997 a Novembro de 1998.

Trabalhador da administração regional autónoma dos Açores, desde Outubro de 1994.

202345625

Despacho n.º 21740/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Catarina Sandra Coelho de Sampaio Borges Ventura, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Catarina Sandra Coelho de Sampaio Borges Ventura — natural de Coimbra (20.02.1971).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1995).

Aprovada na parte escolar do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (1998-1999) e pós-graduada em Direito da Medicina pela mesma Faculdade de Direito (2003-2004).

Exerce funções na Provedoria de Justiça desde 2002, actualmente como Assessora do Provedor de Justiça e anteriormente como Adjunta do Gabinete do Provedor de Justiça.

Foi Assistente Estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde leccionou aulas práticas nas disciplinas de Direito Constitucional e Ciência Política e de Direito Internacional Público e Europeu (1996-2001). Consultora para os Direitos Humanos, em regime de requisição, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (1999-2000). Vice-Directora do Centro de Direitos Humanos — Ius Gentium Conimbrigae da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000-2001). Aprovação no Estágio de Advocacia (1995-1997).

Autora da monografia “Direitos Humanos e Ombudsman: Paradigma para uma instituição secular” (2007), com artigos publicados, colaborações em monografias e relatórios, preleções em cursos de pós-graduação e comunicações apresentadas em congressos nacionais e internacionais.

202345593

Despacho n.º 21741/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Isaura Maria Caldas Pereira Saraiva Junqueiro Correia Diniz, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Isaura Maria Caldas Pereira Saraiva Junqueiro Correia Diniz — natural da Guarda (29.06.1966).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 1989, e Pós-Graduada em Estudos Europeus pela mesma Universidade, em 1991.

Desde 1991 exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça, tratando primeiramente de queixas relacionadas com o sistema prisional, de Direito dos Estrangeiros e, na actualidade, de Educação. Co-autora da participação portuguesa do relatório da Federação Ibero-americana de Ombudsman sobre Educação. Participou nas Inspeções ao Instituto de Reinserção Social, a esquadras da Polícia de Segurança Pública da área de Lisboa e ao Sistema Prisional, cabendo-lhe a realização parcial dos relatórios finais da primeira e da terceira. Publicou na Provedoria de Justiça artigos sobre “Responsabilidade do Estado no Código de Procedimento Administrativo” e “A correspondência dos reclusos”.

Foi Advogada no escritório do Dr. Mário Raposo.

202345536

Despacho n.º 21742/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito João Nuno Cardoso Ribeiro Batista, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

João Nuno Cardoso Ribeiro Batista — natural de Lisboa (1.07.1976).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1999.

Desde Junho de 2001 exerce funções de Assessor do Provedor de Justiça, tendo tido a seu cargo o tratamento de matérias relacionadas com Banca e Seguros, Direito dos Estrangeiros e Nacionalidade, Actuação das Forças de Segurança, Desporto, Cemitérios, assim como Acesso a Documentos ou Tratamento de Dados Pessoais, prestando ainda colaboração nas visitas que se realizam aos estabelecimentos prisionais.

No âmbito das funções que vem exercendo, participou na III Inspeção ao Sistema Penitenciário, assegurando a visita a diversos estabelecimentos e a redacção parcial do relatório final.

Exerceu funções, como consultor/formador, no Instituto de Formação Bancária, assegurando a realização de cursos de formação relacionados com os aspectos jurídicos da actividade bancária.

202345569